

# A IDEOLOGIA NA LÍNGUA, A LÍNGUA NA IDEOLOGIA: A DESIGNAÇÃO “PORTUGUÊS” COMO RESULTADO DE PROCESSOS SÓCIO-HISTÓRICOS

Adilson Carlos Batista<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo traz como discussão e reflexão sobre a designação português para mostrar como as mudanças ocorridas nos nomes - Latim, Galego, Português Europeu e Português Brasileiro - são mudanças da/na língua ocorridas por meio de processos sócio-históricos com objetivos ideológicos, envolvendo acontecimentos que se relacionam ao discurso. Nomear é diferente de designar. No primeiro caso é somente uma mudança semântica. No segundo se trata de mudanças sociais históricas profundas capazes de alterar as designações dos nomes. Portanto, para se chegar ao português brasileiro são muitos processos significativos que mudaram o percurso da língua. Neste trabalho as reflexões são feitas a partir de GUIMARAES (2005); BAGNO (2011); FARACO (2016); PÊCHEUX (2009), entre outros.

**Palavras-chave:** Língua, Ideologia, Designação.

## IDEOLOGY IN LANGUAGE, LANGUAGE IN IDEOLOGY: PORTUGUESE DESIGNATION AS A RESULT OF SOCIO-HISTORICAL PROCESSES.

**Abstract:** This article presents as a discussion and reflection on the Portuguese designation to show how the changes in the names - Latin, Galician, European Portuguese and Brazilian Portuguese - are language changes that occurred through sociohistorical processes with ideological objectives, involving events that relate to speech. Naming is different from designating. In the first case it is only a semantic change. In the second it is profound historical social changes capable of altering the designations of names. Therefore, to reach the Brazilian Portuguese, there are many significant processes that changed the language course. In this paper the reflections are made from GUIMARAES (2005); BAGNO (2011); Faraco (2016); Pêcheux (2009), among others.

**Keywords:** Language, Ideology, Designation.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Letras (UFPR), área de concentração Estudos Linguísticos.

## O português e suas designações

Se é verdade que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela recruta a todos, é preciso então, compreender de que modo os “voluntários” são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, leem ou escrevem [...]” (PÉCHEUX, 2009, p. 144).

O presente artigo tem por objetivo mostrar que a língua ou o português que falamos na atualidade é o desdobrar de muitos processos históricos. Esses não se relacionam a simples mudanças de nomenclaturas, mas percepções ideológicas que foram construindo os procedimentos linguísticos e linguageiros dos povos. Como sinaliza BAGNO (2011a), a questão dos nomes que se dá às línguas escapa da órbita dos especialistas (filólogos, gramáticos, linguistas) e se vincula muito mais a problemáticas de natureza política, cultural, econômica e ideológica.

Para compreender este processo, nos ancoramos em Guimarães (2002), que ao discutir sobre as expressões linguísticas em sua obra *Semântica do Acontecimento*, desenvolve o conceito de ‘designação’, para mostrar que as expressões significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam. Nessa obra, o semanticista retoma a diferença entre a designação e nomeação. Para o autor, designação é aquilo que produz historicidade e instabilidade entre a linguagem e o objeto. De acordo com ele

[...] é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2002, p. 09).

Quando nos remetemos a palavra português, ou português brasileiro, quais são os fatos e

contradições existentes em relação aos termos na história, uma vez que estamos falando de uma língua que carrega uma memória lusitana de um povo que chegou ao Brasil e trouxe consigo sua forma de falar, mas que em contato com novos falares se transformou.

Na perspectiva do linguista, os nomes identificam os objetos, porém não os classificam, pois a nomeação é somente o funcionamento semântico pelo qual algo recebe o nome. Por exemplo, “se numa situação dada e adequada o dono de um barco escreve sobre ele o nome *Brisa*, ele lhe está dando este nome, está nomeando o barco”. Ele considera que a designação é a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o nome recortado historicamente pelo nome.

Deste modo, pensar a nomenclatura Português é diferente de referenciá-la enquanto designação Português, pois, no primeiro caso, é somente uma variação semântica, no segundo, significa que a palavra é atravessada pelo político, está carregada do simbólico, com as representações sofridas pela história, pelas memórias e cultura de um povo que se envolveu em questões sociopolíticas para que a palavra fosse sendo modificada e transformada discursivamente por sucessivos fatos ou acontecimentos que foram mudando a língua. Desde a língua indo-europeia ao latim falado pelos soldados e o povo na península Ibérica até chegar ao Português Brasileiro – PB, muitos processos de significação ocorreram no âmbito desta designação.

Conforme bem explicou Ilari (2013), afirmar que o português é uma língua indo-europeia, românica e ibérica, pode parecer muito banal, mas por meio desta banalidade há muitas informações. Por isso, é preciso considerar o fato semântico em que as coisas são referidas enquanto significadas e não meramente como coisas existentes no mundo.

Por exemplo, existe um velho enunciado que há muito tempo vem sendo disseminado tanto por professores quanto por alguns linguistas de que “o

português veio do latim”, contudo, será mesmo que a sua origem é o latim ou outra variação desta língua ressignificada pelos processos históricos e linguageiros?

Essa significação é construída no dizer há muito tempo, identifica-se um material significativo em virtude de significá-lo de acordo com filiações ideológicas e relações estabelecidas discursivamente na história. Durante muito tempo acreditou-se neste fato.

Dizer que o português veio do latim, já se tornou um pré-construído<sup>2</sup>, o qual se passou de geração em geração, isso porque é muito “glamuroso” pertencer a árvore genealógica desta língua, relacionando-se diretamente a ela, o latim era da alta cultura, tinha um status significativo, uma vez que essa língua era a escrita utilizada pelos romanos em suas obras literárias entre o fim da república e o início do período imperial. Além disso, esse povo tem uma história marcada pelas grandes conquistas e desenvolvimento cultural, assim, relacionar a raiz do português ao latim envolve todos esses discursos e ressoa uma memória, principalmente ao português, que passa a pertencer a um povo rico intelectualmente, culturalmente, e capazes de grandes conquistas, mesmo que as mudanças na língua tenham ocorrido por um processo de conquistas e dissolução de alguns povos, impondo a língua e a cultura sobre os povos conquistados.

Esse imaginário linguístico tem sido criado e sustentado ideologicamente pelos portugueses ao discursivizar sobre. Michel Pêcheux (2009) em sua obra *Semântica e Discurso* ao tratar sobre imaginário linguístico ele diz que enquanto discurso é o corpo verbal, ou o local no qual se encontra materializada a rede de paráfrases e reformulações de uma determinada Formação Discursiva - FD. Essa é definida pelo filósofo como

<sup>2</sup> Pré-construído é algo que foi pensado antes em outro lugar independentemente e retoma no dizer, ou seja, é uma construção anterior que retoma no discurso, um efeito dado pelo encaixe sintático no enunciado (PÊCHEUX, 2009).

[...] aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição de um programa etc.) (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Na formação discursiva, as palavras ganham sentido e passam a estabelecer relações com outras palavras, significando de acordo com as condições de produção em sentido estrito, isto é, a partir do texto e, com as condições de produção em sentido amplo, abarcando o social e o histórico pelo funcionamento discursivo, do que resulta que um mesmo fenômeno seja designado diferentemente, sinalizando para ressignificações e para a constituição de sentidos outros.

Uma amostra dessa ocorrência, por meio de uma materialidade discursiva que toca a história, foi apresentada por Bagno (2011a) ao tratar deste assunto, trouxe como exemplo a obra *Os Lusíadas* de Camões, de 1572, que vem rememorando fatos e afirmando por meio do autor por mais de cinco séculos essa memória deste processo ideológico de que essa língua veio diretamente do latim ao comparar o povo português com o romano na seguinte passagem:

*Sustentava contra ele  
Vênus bela,*

*afeiçoada à gente Lusitana,*

*por quantas qualidades via  
nela,*

*da antiga tão amada sua  
Romana;*

*nos fortes corações, na  
grande estrela,*

*que mostraram na terra  
Tingitana,*

*e na língua, na qual, quan-  
do imagina,*

*com pouca corrupção crê  
que é a Latina (I,33)*

Esse movimento realizado pelo autor sinaliza para as tentativas de criar esse imaginário para os leitores e, principalmente, para o próprio povo dessa herança linguística.

No Brasil, por exemplo, quando um documento tão importante para uma sociedade como a Constituição Federal, em seu Art. 13, Cap.II (Sobre a Nacionalidade), diz que “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”, é uma forma ideológica de silenciar outras línguas, colocando a diversidade linguística em xeque e reafirmando o monolinguísmo social, como se fosse algo natural e normal utilizar apenas uma língua para se comunicar, apagando outras formas de falar como dos índios, dos imigrantes italianos, alemães, poloneses, ucranianos, espanhóis, japoneses, coreanos, entre outros.

Esses processos de silenciamentos são comuns no uso da linguagem na história porque a língua se inscreve sempre no político. Nesse sentido, ela nunca será neutra. Sobre o silenciamento, Eni Orlandi (2013, p. 13) postula que o “silêncio é assim a ‘respiração’ (o folêgo) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido”. Assim, o movimento se dá pelo apagamento na materialidade instituída como documento de maior significância politicamente, nela está o conjunto de normas e leis que regem um Estado democrático de direito. Uma Constituição, além de regulamentar e limitar as relações entre os poderes, ela estabelece os direitos e deveres dos cidadãos para manter uma vida em sociedade. E como dever de cidadão ela diz que no Brasil somente a Língua Portuguesa é “permitida”.

Em outra obra – Os limites do sentido – Guimarães (1995, p. 27) estabelece a diferença entre “distinguir o modo pelo qual uma expressão (um nome próprio) designa algo (seu sentido) do objeto designado (sua referência)”, evidenciando

determinadas perspectivas e não outras possíveis nas relações discursivas.

Desta forma, pensar a designação português brasileiro, é compreender que a nação de hoje fala uma língua diferente do português do Século XIX, do Século XV, por exemplo, porque essa língua da atualidade difere sintaticamente, morfológicamente e foneticamente do uso dessas épocas, e se pensarmos diacronicamente ao que se falava no século VIII na península ibérica, as mudanças ocorridas são muito maiores porque envolvem processos de encontro e desencontros de significações de outras línguas. E ainda, essa língua, apesar da designação português, é diferente do português falado em Portugal, Macau (China) e Goa (Índia), Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, pois cada uma dessas nações sofreram processos de significação da língua de acordo com os movimentos sociais e políticos destas regiões, construindo assim cada uma sua identidade linguística.

Em outros termos, “as línguas não existem em si e por si; elas não são entidades autônomas – as línguas são elas e seus falantes; elas e as sociedades que as falam” (Faraco, 2016, p.9).

As designações resultam do trabalho da língua na história, afetada pelo simbólico e pelas diferentes posições-sujeitos. É neste movimento que a língua, em funcionamento, transforma-se em discurso, inscrevendo-se na história, constituindo-se de distintos efeitos de sentidos, de modo que outros efeitos dados como evidentes sejam apagados, esquecidos, pois as palavras não apresentam sentidos por elas mesmas, em sua literalidade. Elas dependem, para significar e se modificar, de relações sociais, históricas, culturais e discursivas, estabelecidas pelas redes de memória e por sujeitos inscritos em tempos e em lugares. Nesse sentido, na Europa, os soldados latinos modificaram a língua/as línguas, o povo mulçumano, o árabe, o espanhol, o galego, o português, no Brasil,

os indígenas, o africano, o italiano, o japonês, o alemão, ucranianos, polonês, holandês, sírio, árabe, paraguaio e argentino.

Segundo Guimarães (2005, p. 12), “não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento, o sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem, o sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento”. Para esse autor, o acontecimento representa o presente e um futuro por um passado que os faz significar e assim são postos os funcionamentos das designações para desencadear os sentidos.

Na história do português foram muitas as designações desde o latim falado no noroeste da Península Ibérica até chegar ao português brasileiro (PB) porque tivemos muitos acontecimentos políticos envolvendo a linguagem.

Um deles é a tentativa de apagar a verdadeira genealogia do português, segundo Bagno (2011b, p. 202) o português não teve sua origem no latim clássico, muito menos no latim vulgar, a sua verdadeira origem é de uma língua derivado do galego.

O português brasileiro pertence a um grupo de línguas que vamos chamar aqui de portugalês, um nome formado da junção de português e galego as duas línguas mais antigas do grupo, embora a ordem cronológica seja inversa à da formação do nome: primeiro nasceu o galego e do galego nasceu o português.

Segundo esse autor, o galego, assim como todas línguas deste grupo, é resultado do contato linguístico do latim vulgar com as línguas célticas e outras faladas antes da chegada dos romanos.

Essa mesma perspectiva é defendida por Faraco (2016, p.14), em sua obra História Sociopolítica do Português Brasileiro que diz que “a língua que designamos hoje pelo nome de Português é o desdobramento histórico dos falares românicos.

Isso significa dizer que, após a dissolução do Império Romano do Ocidente, o que restou foram

as misturas de falares dando origem a outras línguas a partir do latim vulgar. Durante as conquistas a língua latina que saiu da Península Itálica foram parar em outras regiões tanto da Europa como da África e regiões da Ásia, mas com a queda deste império, essa língua transformou-se em dialetos diferentes dando origem as línguas românicas como espanhol, o francês, o italiano, o romeno, o português, o catalão, entre outros.

Segundo esses autores, no século XII, a língua falada no reino da Gallaecia e na parte mais ao norte, hoje Portugal, era o galego, e na parte sul, falava-se árabe.

O português, nesta época, ainda não existia. Foi somente com a independência de Portugal que o galego seguiu uma história ideológica diferente, tornando-se o português. Neste caso, não podemos ter a designação galego-português como primeira nomenclatura para o português, e sim galego, porque desta raiz que vem o português.

Quando o Conde Afonso Henriques se tornou o primeiro rei de Portugal, a língua falada no Condado Portucalense era a mesma falada pelos habitantes da Gallaecia. Neste sentido, afirmar que a língua era o Galego-português foi uma forma de manipulação e objetivos ideológicos claros para não referenciar a origem do português diretamente do galego, essa sim teve sua origem no latim. Se eles fizessem isso, estariam conectados pela história de uma língua “vulgar” que nasceu do contato entre a língua falada na região e outras que vieram.

O galego, início do ano mil, era língua falada da Gallaecia a Aveiro, coexistindo com o período de domínio Romano e somente no século XIV que realmente se estabeleceu uma fronteira linguística entre o Galego e o Português.

Tudo isso sinaliza para a grande intenção de manipulação da história, conforme Bagno (2011a), pelos primeiros gramáticos no período renascentista, para legitimar o estatuto de beleza, riqueza, elegância e funcionalidade para a língua

que seria um dos instrumentos do imperialismo português.

Para comprovar sua tese, o pesquisador traz duas materialidades discursivas nas quais fica evidenciada essa tentativa de manipulação da língua.

E por a muita semelhança que a nossa língua tem com ela [a latina] e que é a maior que nenhuma língua tem com outra, & tal que em muitas palavras & períodos podemos falar que sejam juntamente latinos & portugueses (Duarte Nunes de Leão, 1606).

E mostrando nós que a portugueza participa mais da latina, & que na cópia, pronúncia, brevidade, ortografia, aptidão para todos os estilos, não é inferior a nenhuma das modernas antes igual a algumas das antigas, com razão lhe poderemos dar o louvor de língua perfeita, & de ser uma das melhores do mundo (Manoel Severim de Faria, 1624).

Essas foram somente umas das tentativas de ligar o português diretamente ao latim, ou no dizer do pesquisador, criar uma genealogia de mão única tendo a língua portuguesa como filha direta da língua latina. O mesmo será feito com a linguística histórica do século XIX.

Com isso, podemos compreender que a primeira designação para o português é estabelecida por meio destas relações políticas que envolveram essas regiões da Gallaecia, uma vez que a língua, em seu funcionamento discursivo, não é fechada, estanque, mas que se realiza no jogo com a exterioridade e a historicidade. Assim ela foi se constituindo através dos movimentos e acontecimentos discursivos na história.

O latim, ao sair de Roma nos discursos dos soldados, foi se transformando por meio de processos parafrásticos em que novas construções permitiram a inserção de palavras e modificações no léxico, principalmente no encontro do latim com a língua falada de outros povos.

A palavra em funcionamento na língua pela história, em contextos enunciativos em que esses soldados e povo se envolveram, entra em relação

com outros discursos e memórias de outros lugares criando novos sentidos e significados a essa língua latina porque, como afirma Orlandi (2012a, p. 15), “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem”, ou seja, a “língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”.

Com esses acontecimentos, podemos designar como primeira nomenclatura para o português, o galego, pois essa deu origem a mais trinta e quatro línguas designadas como *portugalego*, dentre elas o português europeu.

Com afirma Bagno (2011a), no século XII existia o reino da Galiza/ Gallaecia, que englobava o condado Portugalense, nome recebido em função da cidade de Portucale, hoje, cidade do Porto. Desde as invasões dos romanos nesta região se constituiu uma língua romana com características próprias e que em função do nome deste lugar somente poderia chamar essa língua de galego.

A mudança na designação ocorre em 1290, quando D. Dinis, por meios de processos ideológicos, estabelece que a língua da corte e dos documentos oficiais deve ser a língua “vulgar lisboeta” falada naquela região, como o lugar já se chama Portugal, essa passa a designar de “língua portuguesa”, continuação histórica da língua românica.

Depois disso, essa “língua portuguesa” que passa a ser utilizada mais ao sul, diferenciando um pouco da língua praticada na região norte, e tendo como capital Lisboa, os traços e a variedade dessa língua se tornam a norma do português para essa população, ganhando a designação de Língua Portuguesa.

Bagno (2011a, p.38) diz que:

O deslocamento do pólo irradiador da norma, do norte para o centro de Portugal, e a exclusão dela dos traços próprios do galego e dos dialetos portugueses do norte, é que deu ao que se chama “língua portuguesa” sua feição

e característica e tão distinta das demais línguas ibéricas, incluindo o galego e o brasileiro.

A língua, a partir desta designação, passa a ser aquela que será levada por meio de seus falantes nas caravelas às regiões conquistadas por esse povo português que tenta seguir o modelo romano de conquistas. Nesse processo que a língua portuguesa chega ao Brasil e será a variante falada nesta colônia, sofrendo diversas transformações e acontecimentos linguísticos que os faz distanciar do português falado em outras regiões conquistadas, tornando-se a língua de mais de 200 milhões de pessoas.

Essa língua ao chegar aqui se torna, conforme Ilari (2007), a “língua da burocracia”, porque a mais usada entre o povo era o Tupi. O processo de formação do Brasil Colônia, no qual se tem colonizadores e colonizados convivendo juntos faz surgir a designação tupi-guarani.

Os colonizadores como forma de domínio sobre o povo que vivia aqui aprendem a língua deles, assim, neste primeiro momento, tem-se uma região bilíngue. Isso vai durar até meados do século XVIII, quando as expedições bandeirantes e descobertas de riquezas minerais faz os colonizadores perderem o interesse por um país bilíngue. Para manter a colônia ligada à Portugal, precisava uma padronização da/na língua, conforme Faraco (2016), a política linguística dos portugueses, com base nos romanos, tentaram realizar os mesmos movimentos para impor sua língua ao povo conquistado.

Essa tentativa de padronização irá ocorrer com o decreto de Sebastião José de Carvalho e Melo ou Marquês de Pombal, que por interesses ideológicos de enfraquecer o poder da igreja, institui a Língua Portuguesa como idioma oficial do Brasil em 1758, a ideia era contribuir com a coroa Portuguesa organizando escolas e colaborando com o Estado que se formava. Com isso, os

jesuítas foram expulsos do Brasil. Segundo Faraco (2016, p.109), “foi em meio a esse tenso ambiente de conflitos entre governador e os jesuítas que apareceu a questão linguística. Como exemplo de materialidade discursiva, esse autor traz em sua obra algumas intervenções realizadas pelo governo de Mendonça Furtado, governador de Grão-Pará e Maranhão (1751 – 1759), nesta carta enviada ao irmão em 1754, ele reforça o embate contra os jesuítas reforçando problemas de ordem linguística:

Já o informei de que eu dei a todas as Religiões a ordem de S. Maj. que introduzissem nas aldeias a língua portuguesa, sendo mais próprio seguir este fim o estabelecimento das escolas; todas me responderam que logo obedeceriam; poucas foram as que fizeram; rara é a que hoje conserva alguma aparência deste estabelecimento. Porque todas imitam a companhia, que absolutamente desobedece e se obstinou contra estes utilíssimos estabelecimentos, e aqui nunca o quis executar sem mais razão que a de não obedecer, como é antigo costume, e de compreenderem que poderiam com ele, para o futuro, perder parte dos seus interesses (FARACO, 2016, p. 105 *apud* MENDONÇA, 1963).

Essa materialidade ressoa como os problemas da língua estão, muitas vezes, ligados às questões políticas ideológicas. O discurso de Mendonça reforma a necessidade de intervir nas ações dos jesuítas que tinham metodologia própria de trabalhar com o ensino da língua. Como se sabe, um dos objetivos da Companhia era justamente impor sua religião aos índios.

Mas somente impor uma lei, não cessa o movimento da língua enquanto processo social, uma vez que a língua é do povo e para o povo. Mesmo assim, esse acontecimento de imposição por força de Lei acaba definindo os rumos da história da língua, como afirma Bagno (2003, p. 74) “a hegemonia [da língua – grifo nosso] foi conseguida, historicamente, a ferro e fogo: com decretos e proibições, expulsões e prisões, perseguições e massacres”.

Seguindo o modelo instituído pelos Jesuítas no trabalho com o ensino do Latim na colônia, o

português passa a fazer parte do ensino e com isso ela se torna hegemônica na sociedade brasileira.

Esses objetivos linguísticos acabam por contribuir com o processo de mudança na designação português, o ensino tem como objetivo atingir as camadas mais ricas da sociedade para manter o *status quo*. Neste processo, a língua vai se expandindo por toda a população, inclusive, passa a ser falada por algumas comunidades indígenas e ensinadas nas escolas.

Contudo, como a língua é dinâmica e está em constante movimento juntamente com a sociedade, a língua acaba sofrendo influências de outros povos que vem para o Brasil, primeiro tem-se a influência da língua africana, contribuindo com o léxico, depois, já no século XIX e início do XX, italianos, espanhóis, japoneses, alemães, poloneses, judeus e russos que vieram como mão-de-obra para substituir o trabalho escravo. Depois, logo após a Segunda Guerra, vem chineses, bolivianos e coreanos, esse processo dura até a década de sessenta.

Todos esses povos influenciam diretamente a língua portuguesa e, hoje, como resultado destes processos sociopolíticos ideológicos podemos designar a nossa língua como Língua Portuguesa Brasileira - PB, pois diferente do Português Europeu - PE, ela modificou seu léxico com o surgimento de novas palavras, criando também nova morfologia, bem como alterações que vão do nível fonético ao sintático.

Assim, da língua portuguesa minoritária falada na colônia no século XVI, tornou-se hegemônica no Século XX por diversas intervenções de ordem política e também heterogeneidade e variável socialmente no Século XXI, nos quais duas variedades se sobressaem, o português culto (ou standard) e o português brasileiro popular.

## Para efeito de fechamento

Com todos esses processos e acontecimentos históricos discursivos em torno da língua, somente podemos compreendê-la como algo em constante movimento e, em sua dinamicidade, sofre modificações por forças políticas ideológicas, não unicamente de ordem da nomeação ou da designação, mas também em sua forma de existência por meio dos falantes, mudando sua estrutura morfológica, fonética ou sintática. De uma designação do latim surge o galego, depois o português europeu e outras línguas para se chegar ao Brasil uma nova designação – Português Brasileiro e como língua continuará seu percurso de transformação e resignificação por meio dos acontecimentos linguísticos da/na história.

## Referências:

BAGNO, Marcos. **O Português não procede do Latim: Uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego.** *Grial - Revista Galega de Cultura* (191, 2011a, 34-39) Disponível em: < [http://www.editorialgalaxia.es/imxd/libros/doc/1320761642191\\_Marcos\\_Bagno.pdf](http://www.editorialgalaxia.es/imxd/libros/doc/1320761642191_Marcos_Bagno.pdf)>. Acesso em 05 de dez. de 2019.

BAGNO, Marcos. **A norma culta - língua e poder na sociedade.** São Paulo: Parábola, 2003.

FARACO, Carlos Alberto. **História Sociopolítica da Língua Portuguesa.** 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento – um estudo enunciativo da designação.** 2 Ed. Campinas – SP: Pontes Editores, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os Limites do Sentido – um estudo histórico e enunciativo da linguagem.** - 2. ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 1995.

ILARI, Rodolfo. **O português no contexto das línguas românicas.** In: RAPOSO, Eduardo

Buzaglo Paiva (Org.) et al. Gramática do Português Volume 1. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. P49-66.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento – as formas do discurso.** 4ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise – Sujeito, Sentido, Ideologia.** 2. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto – Formulação e Circulação dos Sentidos.** 4º Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012c.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 4. ed. brasileira. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

**Submissão: março de 2020.**

**Aceite: maio de 2020.**